

**O IMPACTO DO
NOVO MÍNIMO**

**VALE A PENA CRESCER COM
DÍVIDA? DIZ AÍ, MARFRIG**

**O BRASIL VOLTA
A SE ARMAR**

INSPIRAÇÃO PARA INOVAR

ÉPOCA

NEGÓCIOS



24 MODOS
DE SER **+**
EFICIENTE



COMO FAZER TUDO MELHOR: contratar,
liderar, definir preço, preparar uma apresentação,
pedir aumento, dar feedback...

EXEMPLAR DE ASSINANTE

VENDA PROIBIDA

JANEIRO 2012 | Nº99 | R\$ 12,00

40 VISÃO

São R\$ 64 bilhões extras na economia. Entre o impulso ao consumo e o peso nas contas públicas, o que representa o novo salário mínimo brasileiro



V

VISÃO



O IMPULSO DO MÍNIMO

De companhias aéreas a supermercados, empresas que vendem para a classe C – e para a “nova classe baixa” – se preparam para um miniboom econômico detonado pelo maior aumento do piso salarial do país em seis anos. Seu epicentro deve estar no Nordeste / ALEXANDRE TEIXEIRA



REFLEXOS DIRETOS

O IMPACTO DO NOVO PISO NACIONAL NAS FINANÇAS DO PAÍS

R\$ 64
BILHÕES
extras serão injetados
na economia
brasileira em 2012

0,3 ponto percentual
será agregado
ao crescimento
do consumo das
famílias brasileiras,
componente que
responde por
60%
DO PIB
BRASILEIRO

0,2 ponto percentual será
agregado ao PIB brasileiro.
Em vez de 2,9%,
**O CRESCIMENTO
DEVERÁ SER DE
3,1%**

46%
DA POPULAÇÃO
brasileira que recebe
algum rendimento será
beneficiada

22%
da massa total de
rendimentos da
economia brasileira
é vinculada ao
salário mínimo, mas
o impacto varia de
acordo com a Região:



UM NOVO TIPO DE PONTO de venda começa a ser notado em algumas das vias de maior circulação de pessoas do país. São quiosques chamativos, porém espartanos, projetados como locais amigáveis para a venda de passagens aéreas a um consumidor emergente que, em 50% dos casos, nunca entrou em um avião. Em vez de terminais de autoatendimento, essas lojas oferecem agentes treinados para simplificar as compras do passageiro de primeira viagem.

“Ele vê um painel de comunicação com uma oferta bem agressiva, senta numa banqueta para fazer a consulta e já tem a possibilidade de comprar”, diz Andre Matos, gerente do departamento de Nova Classe Média da Gol, criado há 11 meses. A inovação foi lançada em São Paulo, onde a Gol já abriu oito quiosques, em estações de metrô e ruas populares do centro e da periferia. Em novembro, a companhia inaugurou uma filial no Rio de Janeiro, em plena Central do Brasil. Nesta virada de ano, a novidade está sendo introduzida no Nordeste, começando por Recife e Salvador.

Se as estimativas macroeconômicas da Gol estiverem certas, esses quiosques vão receber um fluxo extra de potenciais passageiros a partir deste primeiro mês do ano e transformar-se em ponta de lança da estratégia de torná-la a companhia aérea da classe C. Hoje, 47% de seus clientes pertencem à nova classe média. A expectativa é que sejam 60% até

o fim deste ano. Para isso, o parcelamento na compra de passagens já foi estendido para até 36 vezes. E, mesmo à vista, já há tarifas competitivas nas compras antecipadas. Um voo de três horas entre São Paulo e Fortaleza, por exemplo, custa R\$ 358, se comprado com mais de 28 dias de antecedência. De ônibus, a viagem sai por R\$ 347 – mas leva 50 horas.

Em um movimento estratégico semelhante, o Grupo Pão de Açúcar concluiu em setembro a extinção da marca CompreBem. Suas 220 lojas foram incorporadas à rede sob a bandeira Extra e adaptadas às necessidades do consumidor emergente a tempo de aproveitar o esperado aumento das vendas neste primeiro trimestre. Na cadeia Extra Super, a área de frutas, legumes e verduras roubou espaço de produtos básicos como arroz, feijão e açúcar. “O brasileiro de renda mais baixa só consumia frutas muito básicas: banana, mamão, abacaxi e laranja. Hoje ele compra isso e mais todo tipo de maçã e pera, kiwi e outras frutas”, diz Hugo Bethlem, vice-presidente do Pão de Açúcar.

Na área de padaria, o CompreBem vendia, basicamente, pão francês, de hambúrguer e de cachorro-quente. Hoje o Extra Super tem um sortimento de mais de 52 itens. Em todas as suas redes, que incluem Ponto Frio e Casas Bahia, o grupo oferece desde novembro vendas a prazo com entrada paga só em fevereiro, para quando prevê um miniboom econômico.

O otimismo renovado com o consumo popular tem uma razão de fundo. Com o aumento de R\$ 545 para R\$ 622 em vigor desde o último dia 1º, o salário mínimo passa a ser 14,13% maior que o pago em 2011. É o maior reajuste em seis anos. Se indústria e varejo estiverem certos, é o suficiente para reaquecer os negócios de inúmeros setores. Gol e TAM devem vender mais passagens para a classe C e, ao mesmo tempo, a Marcopolo espera um aumento nas encomendas de ônibus. Se o Pão de Açúcar está animado com São Paulo e Rio de Janeiro, a Máquina de Vendas prevê um grande 2012 para suas bandeiras Ricardo Eletro, em Minas Gerais, e Insinuante, no Nordeste. Na construção civil, o reajuste do mínimo coincide com o início da segunda fase do programa Minha Casa, Minha Vida. “O imóvel popular vai pegar um vento de popa forte”, diz Rubens Menin, presidente da construtora MRV. “Uma faxineira que mora na Rocinha com um zelador e paga R\$ 800 de aluguel num barraco já pode comprar um apartamento.”

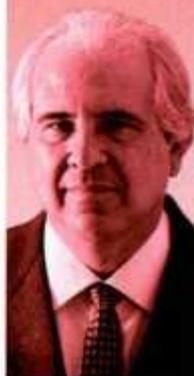
Pelas contas da LCA Consultores, o reajuste injetará cerca de R\$ 64 bilhões na economia brasileira em 2012, considerando

a renda extra para trabalhadores na ativa e beneficiários da Previdência e dos programas de assistência social. Caso o reajuste fosse apenas pela inflação de 2011, medida pelo INPC, essa injeção seria de R\$ 33 bilhões. Mas a fórmula de cálculo em vigor considera o crescimento de 7,5% do PIB registrado em 2010 – e esses 7,5% transformam-se agora em ganho real para quem vive de salário mínimo. Deve ser o suficiente, segundo a LCA, para agregar 0,3 ponto percentual ao crescimento do consumo das famílias brasileiras, que responde por 60% do PIB. O impacto total sobre o PIB foi estimado em 0,2 ponto percentual. Na ponta do lápis, a economia ganhou combustível para crescer 3,1% ao longo do ano, em vez dos 2,9% antes previstos.

Mais otimista, a estimativa do Itaú é de que o aumento do salário mínimo influencie em meio ponto percentual a expansão do PIB. O cálculo leva em consideração seu impacto direto, que é a geração de mais consumo para sustentar o crescimento doméstico. E também um efeito indireto: a maior atração de investimento externo pelo país. Caio Megale, um dos principais economistas do banco, esteve no Japão em dezembro para reuniões com empresas interessadas em investir no Brasil. Ouviu companhias de diversos setores: de papelão ondulado a

“O IMÓVEL POPULAR VAI PEGAR UM VENTO DE POPA FORTE”

RUBENS MENIN, PRESIDENTE DA CONSTRUTORA MRV

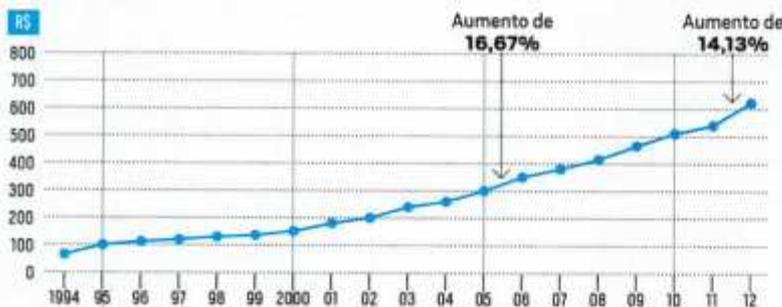


tecnologia. “Todas dizem a mesma coisa. O crescimento da classe média está fazendo do consumidor brasileiro uma das grandes estrelas do mercado mundial”, diz. É uma classe média com uma imensa demanda reprimida, que reage rapidamente a estímulos ao consumo. “Produtos como o protetor solar se transformam de supérfluos em essenciais exatamente na virada da classe baixa para a classe média”, afirma Megale.

O impacto do reajuste só não é maior porque apenas 22% da massa total de salários da economia brasileira é vinculada ao mínimo. Isto não quer dizer que pouca gente receba o piso nacional. O aumento real deve beneficiar 66 milhões de pessoas, ou 46% da população com algum rendimento. Além de aposentados e pensionistas que recebem o mínimo, o cálculo inclui trabalhadores ocupados com rendimento de até 1,5 salário mínimo e beneficiários de programas como o Renda Mensal Vitalícia, atrelados ao piso. A ideia de que o mínimo só é pago nos rincões rurais do país é falsa. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, 80,4% dos lares que têm como renda um salário mínimo ou menos estão na zona urbana. A maior parcela desse contingente trabalha na informalidade. Pelo Censo de 2010, 90,7 mil famílias sul-mato-grossenses vivem com um salário. Mas, de acordo com o Ministério do Trabalho, só 24,8 mil trabalhadores com carteira assinada são registrados pelo mínimo.

DÉCADAS DE REAJUSTES

O SALÁRIO MÍNIMO REGISTROU ALGUNS DE SEUS MAIORES PICOS NA ERA LULA



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Com a classe D prejudicada pela alta informalidade (o que significa trabalhadores recebendo menos que o piso), o impacto do aumento do salário mínimo vai se concentrar na classe C. De acordo com o estudo *Salário mínimo e as classes sociais*, da consultoria Data Popular, de cada R\$ 100 injetados na economia devido ao reajuste do piso, R\$ 75,50 irão para o bolso da nova classe média. Serão R\$ 3,7 bilhões por mês a mais circulando no território econômico desta ampla fatia da população. Incluído o 13º salário na conta, o acréscimo de recursos em um ano chega a R\$ 48,3 bilhões – cifra superior ao PIB da Bolívia ou do Paraguai.

Por sua vez, graças ao aumento do mínimo, os brasileiros da classe D receberão R\$ 12,5 bilhões a mais do que no ano passado. Trata-se de um valor equivalente a todo o montante pago aos beneficiários do Bolsa Família em 2011: R\$ 12,8 bilhões. “Não existe programa de distribuição de renda mais eficiente que o aumento do emprego formal”, afirma Renato Meirelles, do Data Popular.

DEFINIÇÃO DAS CLASSES ECONÔMICAS

Renda domiciliar per capita mensal, consideradas todas as fontes de recursos (em R\$)

| | De | Até | Média domiciliar | |
|--------------|----|-------|------------------|--------|
| Alta renda | A | 2.934 | — | 14.561 |
| | B | 1.410 | 2.934 | 6.275 |
| Classe média | | 327 | 1.410 | 2.341 |
| Baixa renda | C | 79 | 327 | 952 |
| | D | 0 | 79 | 273 |

PARA QUEM VAI O AUMENTO DO MÍNIMO

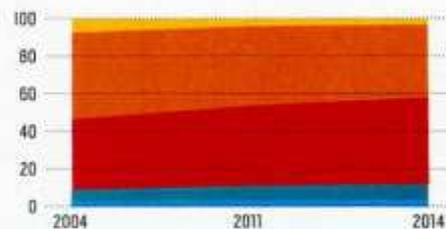
Distribuição dos R\$ 64 bilhões gerados pelo reajuste por classe econômica



Fonte: Data Popular, com dados dos ministérios do Planejamento, da Previdência e do Desenvolvimento Social, além do Censo 2010

MUDANÇA DE VIDA

Até 2014, quase 60% dos brasileiros estarão na classe média (em % da população)



Fonte: Data Popular, com dados da PNAD-IBGE

20,5% do ciberespaço, muito em função das celebridades que utilizam seus perfis para conversar com os fãs. É uma classe jovem. Só 29% dela tem mais de 41 anos, enquanto 34% tem até 16 anos. Trata-se de um exército de 20,5 milhões de brasileiros entrando em idade economicamente ativa e ajudando a tornar realidade o tão falado bônus demográfico. “A classe D de hoje é a C de amanhã. Se experimentar seu produto e gostar, vai ser sua cliente no futuro”, diz Meirelles. Não é por outro motivo que as TVs com tela de LCD chegaram à Casas Bahia quando sua freguesia ainda nem sonhava em poder comprá-las. Michel Klein, o presidente da rede, dizia que estava apresentando a então novidade a seus clientes para que um dia eles não fossem comprá-la na Fast Shop, uma concorrente mais sofisticada.

DESEQUILÍBRIO REGIONAL

Além da informalidade, o desequilíbrio econômico regional dificulta uma avaliação realista do impacto do aumento do piso nacional. Se no Sudeste a massa salarial vinculada ao mínimo não passa de 17% do total, no Nordeste ela chega a 37%. Em Sergipe, por exemplo, mais de 72% dos domicílios são sustentados por um trabalhador que recebe o menor pagamento oficialmente permitido. Segundo o último Censo, são 428 mil famílias. Trocando em miúdos, o reajuste do mínimo tem efeito desproporcionalmente maior nas regiões mais pobres do país. Um exemplo? A expectativa da LCA para o crescimento das vendas no comércio varejista em 2012 é de 6%. No Norte e no Nordeste, o incremento deve ser de 8,9% e 7,8%, respectivamente. No Sudeste e no Sul, de 4,8% e 5%, nesta ordem.

Anos de reajuste forte do salário mínimo são anos em que o Nordeste costuma se descolar da média nacional em

O REAJUSTE ATINGE EXATAMENTE O NOSSO PÚBLICO

RICARDO NUNES, PRESIDENTE DA MÁQUINA DE VENDAS

Menos estudada que a badalada nova classe média, a classe D ainda representa 31% da população brasileira e tem um potencial de consumo que, para algumas categorias, já é mais relevante que a classe B, onde estão apenas 8% dos brasileiros. Além de numerosa e com algum dinheiro no bolso, essa “nova classe baixa” está em plena ascensão e não pode mais ser ignorada. Ela já representa 19,8% do Facebook no Brasil. No Twitter, ocupa





termos de crescimento. Empresas com atuação nacional estão atentas a isso e iniciam o ano com estratégias macrorregionais para atender o consumidor de baixa renda da Bahia ao Maranhão.

“Pernambuco está atraindo indústrias que vêm fabricar aqui, porque é onde está o consumo”, diz o consultor Márcio Borba, de Recife. A Kraft Foods inaugurou em maio de 2011 uma fábrica de US\$ 20 milhões em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata, para produzir bebidas em pó Tang e Fresh e chocolates Bis e Lacta para consumidores do

A Gol montou quiosques em estações de metrô para vender bilhetes aos passageiros de primeira viagem. Na rede Extra Super, a área de frutas foi reforçada: a nova classe média consome mais kiwi, maçãs e peras. Em um shopping de Salvador, o consumo é frenético. A Região Nordeste será a mais beneficiada pelo aumento do mínimo

Norte e, principalmente, do Nordeste. A Sadia já tem sua base nordestina nesse mesmo município, a 50 quilômetros de Recife, desde março de 2009. É uma forma de se aproximar de um grande grupo de consumidores e reduzir o custo de logística.

Como a parcela da população beneficiada pelo aumento do piso tem acesso restrito ao crédito, qualquer elevação das vendas deve se concentrar em alimentos, bebidas e vestuário. O efeito sobre bens semiduráveis tende a ser menor, mas existe. Sobretudo porque os aposentados que recebem até um salário mínimo têm a possibilidade de utilizar crédito consignado (com desconto em folha) para comprar a prazo. É provável que o dinheiro extra no bolso a cada mês acabe por multiplicar as aquisições de bens financiáveis de baixo valor unitário. “São produtos de R\$ 150, R\$ 200, hoje vendidos em muitas parcelas”, diz o economista Marcos Crivelaro, professor da Fiap. “Setenta e sete reais a mais no final do mês fazem diferença para quem financia a compra de um liquidificador, um ferro de passar ou um ventilador.”

No caso dos magazines, deve haver um aquecimento adicional nas vendas devido à isenção do IPI para produtos da linha branca. O benefício expira em 31 de março. Pela experiência da virada de 2009 para 2010, quando a mesma categoria passou meses isenta do imposto, é provável que haja uma corrida dos consumidores nas últimas semanas de oportunidade. Desta vez, com o reforço de caixa trazido pelo reajuste do mínimo. “A pessoa vem do fim de ano com o 13º no bolso e recebe um aumento de quase 15% em janeiro. Imagine o que vai acontecer”, diz Ricardo Nunes, presidente da Máquina de Vendas. “O reajuste atinge exatamente o nosso público.”

O PESO DO MÍNIMO

Como o governo vai usar o piso salarial turbinado e incentivos ao consumo para tirar a economia da estagnação. E por que a conta sairá cara para o país

FOSSE MERA QUESTÃO DE *timing*, o reajuste do salário mínimo seria um presente dos deuses econômicos. O Brasil parou de crescer no terceiro trimestre de 2011. Os serviços, a indústria e o consumo encolheram, levando o governo a rever a estimativa de expansão para o ano recém-encerrado de 3,8% para 3,2%. Desde agosto, o Copom corta as taxas de juros em todas as suas reuniões. Paralelamente, as restrições ao crédito adotadas em 2010 para evitar um superaquecimento da economia vão sendo eliminadas.

O governo reduziu o IOF para o consumo, cortou o IPI sobre a linha branca, reduziu a carga tributária sobre massas e farinhas e desbloqueou R\$ 12 bilhões em gastos públicos. Com o desaquecimento da economia, o aumento do piso salarial torna-se importante pelo caráter contracíclico que deverá ter neste início de ano. "Vai ser um impulso importante para a renda das famílias e, conseqüentemente, para o consumo e para o PIB", afirma Maurício Molan, economista-chefe do Banco Santander.

A estratégia está clara. O governo vai usar o salário mínimo turbinado e incentivos ao consumo popular para compensar a crise internacional e tirar a economia da estagnação. Em certos setores, o efeito promete ser imediato. "O aumento da renda disponível acelera a migração do ônibus para o avião", afirma Libano Barroso, presidente da TAM, que no ano passado teve 6% do seu total de passageiros voando pela primeira vez - um contingente de 2 milhões de estreantes. Isto, sem que o transporte rodoviário perdesse vitalidade. Em meados de dezembro, a carteira de encomendas da Marcopolo era grande o bastante para que a maior fabricante de ônibus da América Latina decidisse não dar férias coletivas a seus funcionários. "Sempre que o salário mínimo melhora, o povo anda mais de ônibus", afirma Paulo Corso, diretor comercial da Marcopolo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

100

REAIS

A 2080096447 A

CONTRAINDICAÇÃO

O LADO NEGATIVO DO AUMENTO DO MÍNIMO

POUCO IMPACTO SOBRE A POBREZA...

Cada ponto percentual de redução da desigualdade fica

384% MAIS CARO

se obtido via aumento do mínimo e não pelo Bolsa Família

De cada 100 pessoas remuneradas pelo mínimo,

APENAS UMA ESTÁ ENTRE OS 10% MAIS POBRES

A RENDA PER CAPITA MÉDIA DO BRASILEIRO

É DE R\$ 630,

apenas R\$ 8 a mais que o novo piso nacional

...MUITO IMPACTO SOBRE A PREVIDÊNCIA...

64% dos brasileiros que recebem o salário mínimo são aposentados e pensionistas. A despesa com aposentados e pensionistas que ganham um mínimo é crescente:

1997 **1,42% DO PIB**

2011 **3,22% DO PIB**

...MAIS CUSTOS PARA O SETOR PRIVADO...

14%

foi o crescimento real da renda dos trabalhadores entre janeiro e julho de 2011, em antecipação ao aumento do mínimo

6%

FOI A ALTA REAL DO SALÁRIO MÉDIO dos trabalhadores da construção civil de janeiro a novembro de 2011. O piso nacional serve como referência para a categoria

...E RISCO DE MAIS INFLAÇÃO

As estimativas de alta no IPCA devido ao reajuste do piso salarial variam entre **0,25 e 0,5 PONTO PERCENTUAL**

O efeito inclusivo do aumento do mínimo é incerto em outros setores. No de refeições rápidas, por exemplo. Mauro Monteiro, vice-presidente do McDonald's, não está convencido de que os R\$ 64 bilhões injetados na economia serão suficientes para alterar o padrão de consumo do brasileiro mais pobre, a ponto de levá-lo a incorporar o fast-food a seus hábitos. "Crítico para nós é monitorar o comportamento da classe C, que já é cliente", diz ele.

Principal estudioso da nova classe média, o economista Marcelo Neri, da FGV, diz que, se o foco é a base da pirâmide, o aumento do piso nacional tem pouco impacto sobre a pobreza. "O reajuste é importante para as classes C e D, mas não para a classe E. Subir o mínimo hoje é tudo, menos uma boa política de combate à pobreza", diz. Segundo Neri, cada ponto percentual de redução da desigualdade na última década custou

“O AUMENTO DA RENDA DISPONÍVEL ACELERA A MIGRAÇÃO DO ÔNIBUS PARA O AVIÃO”

LÍBANO BARROSO, PRESIDENTE DA TAM



não fazer mais jus ao nome. No Brasil de 2012, salário mínimo é o Bolsa Família. O piso nacional já está mais para salário mediano. A renda per capita média do brasileiro, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, é de R\$ 630, apenas R\$ 8 mais que o novo mínimo.

Um estudo publicado por Neri há mais de 15 anos mostra que 40% da redução da pobreza nos 15 primeiros meses depois do Plano Real se deu de uma só vez em maio de 1995. O maior reajuste do salário mínimo na história recente, de 42,85%, rompeu a mítica barreira dos US\$ 100 (leia o gráfico na página 43) e injetou renda no país. De lá para cá, houve distribuição de renda, aumento do emprego e do acesso ao crédito. Como resultado, os impactos benéficos dos reajustes do piso nacional sobre a redução da pobreza diminuíram. E os efeitos adversos sobre as contas públicas aumentaram.

Já em 2007, em um de seus trabalhos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o economista Fabio Giambiagi sustentava a tese de que o salário mínimo é vítima do próprio sucesso. Seu valor aumentou quase 130% nos primeiros 15 anos desde o Plano Real. Hoje, de cada cem pessoas remuneradas pelo piso nacional, apenas uma está entre os 10% mais pobres. "O aumento do salário mínimo estendido às aposentadorias e pensões é a política social mais ineficiente do mundo", afirma.

De 24 milhões de brasileiros remunerados pelo salário mínimo em 2005, apenas 8,6 milhões eram trabalhadores na ativa. Ou seja, 64% dos brasileiros que se beneficiam da política de aumento do salário mínimo são aposentados e pensionistas. Quanto mais agressiva a política de reajustes, maior o peso dos brasileiros inativos nas contas nacionais. O valor da despesa com aposentadorias e pensões de quem ganha um salário mínimo equivalia, em 1997, a 1,42% do PIB. Hoje, ela equivale a 3,22%. Para efeito de comparação, todo o investimento da União em 2011 ficou em 1% do PIB.

Para a iniciativa privada, o impacto negativo do reajuste do mínimo é o encarecimento da mão de obra. O piso nacional é pago numa parcela pequena do mercado de trabalho, mas serve de referência na hora das negociações entre patrões e

“SE É PARA INJETAR DEMANDA NA ECONOMIA, USAR O BOLSA FAMÍLIA SERIA MELHOR”

MARCELO NERI, ECONOMISTA DA FGV-RIO

384% mais caro quando obtido via aumento do salário mínimo do que quando propiciado pelo Bolsa Família. Isso porque o piso nacional não é só parâmetro para o mercado de trabalho. Ele regula aposentadorias e benefícios sociais, além de servir como teto para elegibilidade a programas assistenciais. "Se é para injetar demanda, usar o Bolsa Família seria melhor", afirma Neri.

O cerne do argumento é que o salário mínimo está alto demais, a ponto de



empregados – um efeito colateral não computado na estimativa de injeção de R\$ 64 bilhões na economia. A rigor, os efeitos do novo salário mínimo já foram sentidos no ano passado. Categorias com dissídio no primeiro semestre, quando a economia estava aquecida, obtiveram aumentos expressivos. É o que explica um crescimento real de 14% na renda dos trabalhadores entre janeiro e julho.

O peso sobre a folha de pagamentos tende a aumentar mais naqueles setores onde a demanda já supera a oferta de trabalhadores. É o caso da construção civil. Oito anos atrás, havia 1,4 milhão de trabalhadores formais no ramo. Ao final de 2011, eram 3,1 milhões. Só nos últimos 12 meses até novembro, 76 mil profissionais foram contratados no setor – um aumento líquido de 4,7% na força de trabalho. Mesmo assim, o salário médio da categoria subiu 6% e chegou a R\$ 1.370. Com o reajuste do mínimo, a expectativa é de uma pressão de custos ainda maior neste ano, com possíveis impactos sobre o preço dos imóveis.

DOMÉSTICA, NA CLASSE B

Além de caros, os trabalhadores menos qualificados estão difíceis de contratar. Em São Paulo, segundo o IBGE, houve redução de 14% na participação das empregadas domésticas no mercado de trabalho entre 2006 e 2010. No mesmo período, o salário aumentou 21%. No âmbito nacional, a remuneração média das empregadas domésticas subiu 24,5% entre 2003 e 2009, quase duas vezes e meia o aumento médio dos trabalhadores com carteira assinada. “Uma doméstica casada com um pedreiro hoje é classe C. Se for mensalista, pode até ser classe B”, diz Renato Meirelles, do Data Popular. Tanto uma como outro tiveram aumento real acima do reajuste médio dos salários nos últimos anos.

Os aumentos do mínimo tiveram seu papel nesse processo, mas podem estar se tornando contraproducentes. Se a produtividade de um trabalhador é considerada insuficiente para justificar uma contrapartida de R\$ 622, o empregador é tentado a contratá-lo informalmente. Ou a abrir mão de seus serviços. “Empresa nenhuma contrata para ter prejuízo”, diz o economista José Márcio Camargo, da PUC do Rio. O risco, no momento, é de exagero no uso de instrumentos de política econômica para reaquecer a economia, com reflexo sobre os índices de preço. As estimativas de alta no IPCA devido

“O SALÁRIO MÍNIMO É VÍTIMA DO PRÓPRIO SUCESSO”

FABIO GIAMBIAGI, ECONOMISTA DO BNDES



ao reajuste do piso salarial variam entre 0,25 e 0,5 ponto percentual. Há tempos que economistas como o ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros sustentam que a política de aumento continuado do mínimo só não resultou em inflação porque coincidiu com o ciclo de altas recordes nos preços das commodities exportadas pelo Brasil. A entrada maciça de dólares tornou as importações baratas e seguiu os preços. Com o desaquecimento da economia global, há dúvidas sobre a manutenção da trajetória de alta das matérias-primas.

No limite, o aumento dos custos trabalhistas pode cobrar seu preço no futuro. Em um cenário de refluxo da demanda, as margens de lucro do setor privado caem, arrastando com elas o nível de investimento. “Um aumento do mínimo, que tem consequências na hierarquia de salários como um todo, significa que as margens vão se reduzir mais ainda, o que agrava o problema, ao invés de atenuá-lo”, afirma Persio Arida, sócio do banco BTG Pactual. Economistas dos mais diversos matizes ideológicos lamentam que a ênfase do governo esteja no aumento do consumo e não do dinamismo da economia. “Tem muita coisa em matéria de reformas que poderia aumentar a produtividade, desde a melhora da educação até a redução do custo unitário da mão de obra”, diz Paulo Leme, analista de mercados emergentes do Goldman Sachs. “Mas o governo prefere tomar medidas na direção oposta, como no caso do aumento do mínimo.”

“AS MARGENS DE LUCRO VÃO CAIR, O QUE AGRAVA O PROBLEMA, EM VEZ DE ATENUÁ-LO”

PERSIO ARIDA, SÓCIO DO BANCO BTG PACTUAL



O PAÍS DO MÍNIMO

Com ênfase no consumo e pouco investimento, a economia brasileira está sólida para enfrentar uma nova crise. Mas desperdiça seu potencial

que o PIB, e o único item contido no orçamento foi a rubrica de investimento público – recuo de mais de 10% em termos reais frente a 2010.

Uma das consequências foi um ano perdido para o Programa de Aceleração do Crescimento. Não foi uma escolha da presidente Dilma Rousseff. Quase 90% dos gastos públicos são carimbados por vinculações constitucionais e infraconstitucionais. Por isso, acabam-se fazendo ajustes fiscais de má qualidade, cortando o investimento. Com a desaceleração da economia, o governo trocou o freio pelo acelerador. No fim do ano, autorizou o aumento do endividamento de estados em R\$ 37 bilhões. Isso pode dar maior agilidade para tocar obras do PAC. A expectativa é que, desta vez, se for necessária a adoção de uma política fiscal agressiva, ela se concentre no investimento. Do contrário, mais uma oportunidade estará sendo perdida.

Há pouca dúvida de que este será um ano difícil. No cenário mais provável, a crise internacional permanece como está. É uma perspectiva marginalmente positiva para o Brasil, que tem instrumentos para re-

estimular o crescimento da demanda doméstica. Por isso, a maioria dos analistas prevê crescimento maior neste ano, de 3,5%, ante 3% em 2011. Há, no entanto, um risco não desprezível de que a crise piore – a situação da Europa é delicada. Se isso ocorrer, os fundamentos da economia brasileira voltarão a ser testados. Comparados aos de agosto de 2008, antes da quebra do banco de investimentos Lehman

“A CARA DA NOSSA ECONOMIA EM 2012 é a de uma mulher mal maquiada, tentando disfarçar os anos”, diz o economista Paulo Rabello de Castro, da RC Consultores. “Ela usa artifícios para manter-se desejável, com resultados decepcionantes.” Para Rabello de Castro, um liberal que critica os governos com consistência desde o início da era FHC, o que vai sustentar um bom resultado em termos de crescimento neste ano são os últimos suspiros de um ciclo econômico, já exaurido, de crescimento baseado em consumo e crédito.

Tecnicamente, um reajuste do mínimo equivale a um aumento de gastos no setor público. Nesta medida, funciona, sim, para estimular a demanda. “Mas funciona mal. Seria melhor que o governo gastasse mais em infraestrutura, e não em custeio”, afirma Persio Arida, um dos formuladores do Plano Real. No ano passado, deu-se o contrário. A despesa corrente do governo cresceu mais do

“A ECONOMIA EM 2012 É UMA MULHER MAL MAQUIADA, TENTANDO DISFARÇAR OS ANOS”

PAULO RABELLO DE CASTRO,
SÓCIO DA RC CONSULTORES



Brothers, eles parecem mais resistentes. O Brasil tem US\$ 350 bilhões em reservas internacionais. Naquela época, tinha cerca de US\$ 200 bilhões. É um colchão importante, sobretudo se for preciso lidar com uma nova seca de crédito externo. O fundamento fiscal também é sólido. Nossa dívida pública bruta está em torno de 55% do PIB, bem abaixo de patamares europeus, que variam de pouco mais de 80%, na Alemanha, a 150%, no caso da Grécia.

Vista em modo de defesa, a economia brasileira parece redonda. Quando se pensa no potencial desperdiçado, essa impressão desaparece. A atual desaceleração do crescimento, como tantas outras no passado, está relacionada à baixa

competitividade da indústria. O problema é estrutural. A carga tributária é alta, a legislação trabalhista não gera incentivos a ganhos de produtividade, a infraestrutura é precária e a mão de obra tem baixo nível educacional. Com a valorização do real, as importações ganham espaço rapidamente. Ao mesmo tempo, há pressões de custo vindas do setor de serviços e da construção civil. Elas têm a ver com salários reais relativamente altos, dado o nível de produtividade no país. Compare a evolução do custo unitário do trabalho no Brasil com a dos países asiáticos e você verá que o aumento nacional é de três a quatro vezes maior nos últimos dez anos. Como existe uma demanda crescente por serviços e não se consegue importá-los, este setor se tornou fonte de pressões inflacionárias.

“Nos últimos anos, o Brasil entrou numa trajetória que valoriza o aumento do consumo em detrimento do investimento. Acontece que crescimento de longo prazo depende de poupança e investimento”, diz José Márcio Camargo, da PUC carioca. Poupança, no sentido de dinheiro guardado no banco, em vez de empregado no consumo. Mas também de tempo dedicado a estudar, em vez de utilizado para ganhar dinheiro no mercado de trabalho. Investimento, no sentido de dinheiro retirado do banco para comprar máquinas. Mas também de trabalhadores retirados de universidades para produzir bens e serviços. O Brasil poupa poucos recursos financeiros e pouco tempo. E investe pouco em capital físico e capital humano. Por isso, o potencial estrutural de crescimento é relativamente baixo.

A experiência internacional sugere que, para cada cinco pontos percentuais de investimento, um país gera um ponto percentual de crescimento do PIB. Com a atual taxa de investimento, de 18% do PIB, o Brasil dificilmente conseguirá crescer mais de 3,5% ao ano. O mesmo vale para o trabalho. Para gerar um ponto percentual de crescimento do PIB, um país precisa de 0,6 ponto percentual de crescimento da mão de obra apta. Com a força de trabalho no Brasil evoluindo 2% ao ano, nem esses 3,5% seriam sustentáveis. A menos que o país ganhe em produtividade – o que só acontecerá se houver melhoria em infraestrutura, educação e na qualidade da mão de obra.



“QUEM PAGA É TODA A SOCIEDADE”

Paulo Leme, diretor do Goldman Sachs em Miami, diz que o aumento do mínimo deverá reduzir a formação de lucros no Brasil

O economista Paulo Leme, especialista em mercados emergentes, observa um novo esforço pró-consumo popular do governo brasileiro, mas só aprova o corte dos juros. “Apesar das críticas iniciais, inclusive nossas, o diagnóstico do BC estava correto”, diz.

QUAL O IMPACTO DO AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA?

Alguma transferência de renda, que não muda de maneira substantiva a demanda agregada. Só encarece o custo unitário da mão de obra. Para uma economia que precisa ganhar competitividade, insistir numa política salarial que é incompatível com a produtividade só dificulta.

SÃO CORRETAS AS MEDIDAS PARA REDUZIR A DESACELERAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA?

A do salário mínimo não, porque quem paga é toda a sociedade, que tem uma menor formação de lucros e um menor investimento. Não é um jogo de soma zero. A sociedade perde. Na direção correta, vai a política monetária. Apesar das críticas iniciais, inclusive nossas, o diagnóstico do BC estava correto.

O QUE PODERIA ENTRAR NA AGENDA DO PAÍS E FAZER DE 2012 UM ANO MELHOR DO QUE ESTÁ PREVISTO?

Tem muita coisa em matéria de reformas que pode aumentar a produtividade, desde a melhora da educação até medidas para reduzir o custo da mão de obra. Mas o governo prefere tomar medidas na direção oposta, como no caso do aumento do salário mínimo.

Se o investimento público é um retrato das prioridades do país, nada sugere que será assim. O Brasil gasta 13% do PIB com aposentadorias e pensões e tem 7,5% da população com 75 anos ou mais. Ao mesmo tempo, gasta 3% do PIB com educação fundamental, básica e de segundo grau e tem 30% da população com 15 anos ou menos. Ou seja, o gasto per capita com aposentadorias e pensões é cerca de 14 vezes maior do que com educação. E vai crescer, com o aumento do mínimo. “Para uma economia que precisa recuperar competitividade, insistir numa política salarial incompatível com a produtividade só dificulta nossa vida”, diz Paulo Leme. ●